

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização.
- Usar o sanitário ao terminar a prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas.
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

MÓDULO I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Se isto te convier, faze rapidamente.

Assinale a opção que mostra formas que repetem os mesmos tempos verbais e as mesmas pessoas dos termos sublinhados.

- (A) chegar / chegue.
- (B) colocar / coloque.
- (C) tiver / tenha.
- (D) pôr / põe.
- (E) vir / vê.

2

Observe a charge a seguir.



O humor é normalmente obtido por uma quebra de expectativa. Nesse caso, a quebra é a de esperar-se

- (A) uma redução de uso do computador e ela não acontecer.
- (B) um computador desligado e ele permanecer ligado todo o tempo.
- (C) um blogueiro acomodado e ele aparecer em atividade constante.
- (D) um blogueiro em atividade constante e ele mostrar-se parado.
- (E) um computador desligado por 4 dias e ele só aparecer ligado no último dia.

3

Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- (A) Muitas pessoas são dotadas de razão, poucas de bom senso.
- (B) Com a razão tudo se prova e tudo se impugna.
- (C) Nós estamos sempre com a razão, o destino está sempre errado.
- (D) A razão do melhor é sempre a mais forte.
- (E) Procuremos ter sempre razão.

4

Abaixo há um texto com vários termos sublinhados:

Para quem escreve memórias, onde acaba a sua lembrança? Onde começa a ficção? Talvez elas sejam inseparáveis. Os fatos da realidade, estes são como pedra, tijolo – argamassados, virados parede, casa, pelo saibro, pela cal, pelo reboco da verossimilhança – manipulados todos eles pela imaginação criadora daquele que escreve.

Os termos sublinhados mostram coesão com elementos anteriores.

Entre eles, assinale aquele que apresenta um antecedente erradamente.

- (A) sua / quem.
- (B) que / daquele.
- (C) estes / fatos da realidade.
- (D) todos eles / fatos da realidade.
- (E) elas / memórias.

5

As frases a seguir mostram uma estrutura comparativa.

Assinale aquela em que a comparação está explicada.

- (A) Uma revolução é como Saturno, devora os próprios filhos.
- (B) Uma revolução não é um banquete festivo, nem a criação de uma obra literária.
- (C) O princípio moral das revoluções é instruir, não destruir.
- (D) Para fazer uma revolução é preciso o povo.
- (E) Revoluções são como grandes peças de teatro cujo personagem principal deve ser o povo.

6

A construção do silêncio exige muitas palavras. O escritor, por exemplo, constrói uma casa de palavras para ouvir o seu silêncio interior.

Acerca desse texto, assinale o comentário que se mostra inadequado.

- (A) A passiva da primeira oração do texto é: “Muitas palavras são exigidas pela construção do silêncio”.
- (B) O segmento “constrói uma casa de palavras” exemplifica a utilização de linguagem figurada.
- (C) O segundo período do texto serve como esclarecimento do período anterior.
- (D) O termo “A construção do silêncio” equivale a “A construção silenciosa”.
- (E) O segmento “para ouvir seu silêncio interior” mostra uma noção de finalidade.

7

Assinale a frase que exemplifica a função emotiva da linguagem.

- (A) Se eu não fosse político, queria ser publicitário.
- (B) Juiz é um estudante de direito que dá notas a si próprio.
- (C) Um ladrão passa por cavalheiro depois que os roubos o enriqueceram.
- (D) Quase tudo vem de quase nada.
- (E) Não há regras. Apenas siga o seu coração.

8

Assinale a frase inteiramente escrita em linguagem formal.

- (A) Com organização e tempo a gente acha o segredo de fazer tudo.
 (B) Não tem assunto desinteressante, o que tem é pessoa desinteressada.
 (C) Aprenda a confiar em si mesmo e aprenderá o grande segredo da vida.
 (D) Aprenda a fazer o teu trabalho de forma organizada.
 (E) Não sei o que prometeram-te, mas é exagerado.

9

Assinale a frase estruturada na voz passiva.

- (A) Deus me livre de ser inteligente.
 (B) Pelos modos do aluno, julga-se o professor.
 (C) Alguns homens de criação são vulcões extintos.
 (D) Amar-se a si mesmo é um começo de uma aventura.
 (E) Freios são necessários para o nosso equilíbrio.

10

Assinale a frase que exemplifica uma estrutura paralelística sintaticamente rigorosa.

- (A) Nem os padrões são soldados covardes, nem os soldados os mais frouxos dos ladrões.
 (B) Pessoas normais viajam numa estrada; economistas viajam numa infraestrutura.
 (C) Os grandes navegadores devem sua reputação aos temporais e às tempestades.
 (D) A consciência limpa serve de travesseiro macio.
 (E) É melhor ser um farto lavrador do que um mirrado e estúpido doutor.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Considere os pontos $A(3,1)$ e $B(4,8)$. O ponto $P(0,b)$ é equidistante de A e B .

O valor de b é

- (A) 8.
 (B) 7.
 (C) 6.
 (D) 5.
 (E) 4.

12

Considere os números:

$$a = \frac{43}{7} \quad b = \sqrt{35,2} \quad c = 6,1795$$

Colocando esses números em ordem crescente, a sequência correta é

- (A) $a < b < c$.
 (B) $a < c < b$.
 (C) $b < a < c$.
 (D) $b < c < a$.
 (E) $c < b < a$.

13

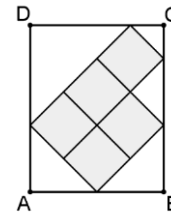
O ano de 2024 foi bissexto, ou seja, o mês de fevereiro teve 29 dias. Para organizar as suas atividades além do trabalho, Gabriel dividiu o ano de 2024 em três partes com o mesmo número de dias. A primeira parte começou em 1º de janeiro, que foi uma segunda-feira.

Na divisão do ano feita por Gabriel, a segunda parte começou em

- (A) uma quarta-feira.
 (B) uma quinta-feira.
 (C) uma sexta-feira.
 (D) um sábado.
 (E) um domingo.

14

A figura abaixo mostra cinco quadrados iguais com 1 cm de lado no interior do retângulo ABCD.



A área do retângulo ABCD em cm^2 é igual a

- (A) 7,5.
 (B) 8.
 (C) 9.
 (D) 10.
 (E) 10,5.

15

O preço de um produto sofreu um aumento de 36% e, em seguida, sofreu um novo aumento, de forma que o seu valor dobrou em relação ao valor inicial.

A porcentagem do segundo aumento foi de, aproximadamente,

- (A) 47%.
 (B) 52%.
 (C) 56%.
 (D) 60%.
 (E) 64%.

16

Cada uma das letras x , y e z assume um dos valores 1, 2 ou 3, sendo que letras diferentes assumem valores diferentes.

Das afirmativas a seguir, apenas uma é verdadeira.

- $x = 2$;
- $z = 3$;
- $y \neq 1$.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) $x = 2$.
 (B) $y = 1$.
 (C) $z = 3$.
 (D) se $z = 1$ então $x = 3$.
 (E) se $x \neq 2$ então $z = 3$.

17

Uma grandeza X é diretamente proporcional a uma grandeza Y e essa grandeza Y é inversamente proporcional a uma grandeza Z .

Quando $Y = 4$ e $Z = 0,75$, tem-se $X = 6$.

Quando $X = 1$, o valor de $Y + Z$ é igual a

- (A) $\frac{9}{2}$.
 (B) $\frac{31}{6}$.
 (C) $\frac{27}{2}$.
 (D) $\frac{20}{3}$.
 (E) $\frac{29}{3}$.

18

Considere as 5 letras da sigla TCERR.

O número de maneiras distintas de escrever essas 5 letras em sequência de modo que as duas letras R não fiquem juntas é

- (A) 60.
 (B) 48.
 (C) 36.
 (D) 24.
 (E) 12.

19

Uma caixa contém nove cartões com as nove letras da palavra MARAVILHA. Cada cartão apresenta uma das letras (a letra A é a única que aparece repetida; há três cartões com a letra A).

Retiram-se aleatoriamente, em sequência e sem reposição, dois cartões da caixa.

A probabilidade de que sejam retiradas duas vogais diferentes é

- (A) $\frac{4}{9}$.
 (B) $\frac{2}{9}$.
 (C) $\frac{1}{27}$.
 (D) $\frac{1}{24}$.
 (E) $\frac{1}{12}$.

20

Considere um triângulo ABC e um ponto D pertencente ao lado AB tal que CD é a bissetriz do ângulo ACB .

Sabe-se que o ângulo ABC mede 20° e que o ângulo BDC é o triplo do ângulo BCD .

O ângulo BAC mede

- (A) 20° .
 (B) 40° .
 (C) 60° .
 (D) 80° .
 (E) 100° .

Legislação Específica

21

Em determinado processo administrativo sob apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que tem por objeto a Tomada de Contas Especial de dirigente de ente da administração pública indireta do Município Delta, foi encerrada a fase de discussão e iniciada a de votação.

Considerando a disciplina estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, a referida fase pode ser

- (A) expressa ou tácita.
 (B) direta ou pela ordem.
 (C) simbólica ou nominal.
 (D) imediata ou postergada.
 (E) de anuência ou de divergência.

22

Foi apresentado um projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima versando sobre como determinada política pública afeta a um direito prestacional.

No âmbito do órgão competente dessa Casa Legislativa, constatou-se corretamente, à luz da sistemática estabelecida pela Constituição do Estado de Roraima, que a discussão e a votação da proposição deverão ser realizadas

- (A) inicialmente em comissões e, se aprovadas nesse âmbito, serão encaminhadas para a apreciação do plenário, que deve decidir em caráter definitivo.
 (B) em comissões, salvo requerimento de deslocamento da análise para o plenário, pelo voto de lideranças que representem $\frac{1}{3}$ (um terço) dos Deputados.
 (C) em comissões, desde que o Regimento Interno não as inclua na competência originária do plenário, sendo cabível recurso para esse último por iniciativa de $\frac{1}{10}$ (um décimo) dos Deputados.
 (D) no plenário, desde que o Regimento Interno não as inclua na competência originária de comissões, sendo cabível, nesse caso, recurso para o plenário por iniciativa do colégio de líderes ou por $\frac{1}{3}$ (um terço) dos Deputados.
 (E) no plenário, se a Mesa adotar o rito comum, ou em comissões, se for adotado rito especial, sendo cabível, nesse último caso, recurso para o plenário pelo voto de $\frac{1}{5}$ (um quinto) dos Deputados que integram a respectiva comissão.

23

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo e ordenador de despesas no âmbito do Município Alfa, teve as suas contas rejeitadas por deliberação do órgão competente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), daí decorrendo a imposição da sanção de multa. Ao ser intimado da decisão, entendeu que a referida deliberação deveria ser anulada, pois, ao seu ver, teria sido descumprido o devido processo legal.

Por tal razão, consultou a legislação vigente com o propósito de verificar o instrumento que poderia manejar para a realização desse objetivo no âmbito do TCE-RR.

Ao final de sua análise, Pedro concluiu corretamente que o referido instrumento é

- (A) a ação de anulação, a ser julgada pelo Pleno.
 (B) o recurso ordinário, a ser julgado pelo Pleno.
 (C) o recurso rescisório, a ser julgado pelo órgão responsável pela deliberação.
 (D) o pedido de reexame, a ser julgado pelo órgão responsável pela deliberação.
 (E) o recurso de anulação, com juízo de retratação, a ser julgado pelo órgão responsável pela deliberação.

24

Determinado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima vinha atuando como relator em um processo. Quando o feito já se encontrava em fase recursal, o responsável pelos atos, que sofrera imputação de débito e sanção de multa, arguiu a incompetência do relator, assertiva que se mostrou verdadeira.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- (A) não deve ser reconhecida a nulidade dos atos praticados pelo relator.
- (B) a nulidade pode ser afastada caso o relator competente ratifique os atos praticados pelo relator incompetente.
- (C) somente os atos decisórios praticados pelo relator devem ser considerados nulos, não os instrutórios e os ordinatórios.
- (D) a nulidade pode ser afastada caso o Tribunal, pela maioria dos seus membros, ratifique os atos praticados pelo relator.
- (E) como houve prejuízo para a parte, que sofreu medidas desfavoráveis, deve ser reconhecida a nulidade do processo a partir do primeiro ato praticado pelo relator.

25

O Tribunal de Contas do Estado de Roraima aplicou a sanção de multa a ex-servidor público do Município Sigma, o que decorreu de irregularidades detectadas em uma auditoria.

Apesar de regularmente intimado no processo de cobrança executiva, o responsável deixou transcorrer *in albis* o prazo para efetuar e comprovar o pagamento da multa. Ao decidir pela autorização de cobrança judicial da multa, o tribunal constatou que Sigma não contava com Procuradoria ou órgão equivalente.

Nessa situação, à luz da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que a documentação necessária para a cobrança judicial deverá ser dirigida

- (A) ao Ministério Público Estadual.
- (B) à Procuradoria-Geral do Estado.
- (C) ao Ministério Público de Contas.
- (D) ao Prefeito do Município Sigma.
- (E) à Procuradoria do Tribunal de Contas.

26

Após a realização de amplos estudos no âmbito da secretaria competente do Poder Executivo do Estado de Roraima, foi sugerida ao Governador do Estado a adoção das seguintes medidas em relação a três bens imóveis pertencentes ao Estado:

- I. cessão de uso, a título oneroso, de bem dominical localizado em área urbana com 3.500 metros quadrados;
- II. alienação de imóvel rural com 2.000 hectares;
- III. cessão de uso, a título gratuito, de imóvel rural com área de 2.500 hectares.

À luz dos balizamentos estabelecidos na Constituição do Estado de Roraima, é correto afirmar, em relação à necessidade, ou não, de autorização da Assembleia Legislativa para a concretização das medidas alvitadas, que ela é necessária

- (A) em relação às três medidas.
- (B) apenas em relação à medida referida em I.
- (C) apenas em relação à medida referida em III.
- (D) apenas em relação às medidas referidas em I e II.
- (E) apenas em relação às medidas referidas em II e III.

27

Um processo de prestação de contas apresentadas pelo dirigente máximo de uma autarquia do Estado de Roraima foi encaminhado ao respectivo relator no âmbito do Pleno do Tribunal de Contas. O relator analisou o processo e elaborou o relatório, o voto e o respectivo projeto de deliberação, tendo determinado à sua assessoria o cumprimento da norma regimental que dispõe sobre a distribuição antecipada de documentos até três dias úteis antes da sessão.

A assessoria, ao analisar o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, concluiu corretamente, em relação aos documentos encaminhados pelo relator, que

- (A) somente o relatório deve ser encaminhado, e apenas aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos que atuam junto ao Tribunal Pleno.
- (B) somente o relatório deve ser encaminhado aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e aos Representantes do Ministério Público de Contas e da Unidade Técnica de Controle Externo, que atuam junto ao Tribunal Pleno.
- (C) os três documentos devem ser encaminhados aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e aos Representantes do Ministério Público de Contas e da Unidade Técnica de Controle Externo, que atuam junto ao Tribunal Pleno.
- (D) somente o relatório e o projeto de deliberação devem ser encaminhados aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e aos Representantes do Ministério Público de Contas e da Unidade Técnica de Controle Externo, que atuam junto ao Tribunal Pleno.
- (E) somente o relatório deve ser encaminhado a todos os agentes que atuam no processo administrativo, enquanto o voto e o respectivo projeto de deliberação também devem sê-lo aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos que atuam no Tribunal Pleno.

28

A partir de representação encaminhada por um munícipe, apontando irregularidades no contrato de concessão do serviço público de coleta de lixo domiciliar no Município Delta, foi realizada fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR).

Na ocasião, foi fixado prazo para que determinado agente procedesse à entrega de documentos e esclarecimentos a respeito do objeto do contrato auditado. Esse prazo foi descumprido sem qualquer justificativa, situação que permaneceu inalterada mesmo após a reiteração da requisição.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar, à luz da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que

- (A) o agente responsável pela omissão estará sujeito à multa de até duas mil vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de Roraima, ou outra unidade que venha a sucedê-la.
- (B) o auditor credenciado pode, desde logo, citar o agente responsável pela omissão para apresentar, no prazo estabelecido em lei, defesa ao TCE-RR a respeito do seu obrar.
- (C) a autoridade máxima da equipe de fiscalização deve representar ao Ministério Público de Contas para a adoção das providências necessárias em face do agente responsável pela omissão.
- (D) o auditor credenciado deve lavrar certidão do ocorrido, que será distribuída a um conselheiro, o que permitirá a instauração de processo administrativo e a correlata citação do agente responsável pela omissão.
- (E) o auditor credenciado deve lavrar auto de infração, com a correlata imposição da penalidade de multa, cuja eficácia será suspensa caso o agente responsável pela omissão interponha recurso administrativo para o TCE-RR.

29

Em razão da sobrecarga de processos no gabinete de determinado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, o que decorria da circunstância de muitos desses feitos apresentarem singular complexidade, dois assessores debateram sobre a possibilidade, ou não, de o conselheiro delegar certas competências.

Após analisarem o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, os referidos assessores concluíram corretamente, em relação às referidas competências, que

- (A) são indelegáveis.
- (B) somente pode ser delegada a realização de diligências.
- (C) podem ser delegadas as providências necessárias ao saneamento do processo.
- (D) podem ser delegadas as decisões interlocutórias em que seja possível o juízo de retratação.
- (E) somente podem ser delegados os despachos de mero expediente ou de simples encaminhamento de processos.

30

O colegiado competente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, ao analisar o contrato administrativo celebrado pelo Município Sigma, visando à construção da nova sede do Poder Executivo, identificou irregularidades. Por tal razão, assinou prazo para que o responsável adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da sistemática legal vigente, ocasião em que indicou os comandos a serem observados. As providências, no entanto, não foram adotadas.

Em situações dessa natureza, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, esse tribunal deve desde logo

- (A) sustar a execução do contrato.
- (B) comunicar o fato à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, a quem compete autorizar a sustação da execução do contrato.
- (C) comunicar o fato à Câmara Municipal de Sigma, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, as medidas cabíveis.
- (D) representar ao Ministério Público de Contas para que adote as providências necessárias, na instância própria, para a sustação do contrato.
- (E) comunicar o fato à Câmara Municipal de Sigma, que somente pode desconsiderar as providências alvitadas pelo voto da maioria de dois terços dos seus membros.

MÓDULO II - CONHECIMENTOS

ESPECÍFICOS

Noções de Direito

31

No ano de 2024, João, prefeito do município Alfa, jurisdicionado do TCE-RR, dolosamente, de forma livre e consciente, usou mensalmente valores da conta única do tesouro municipal, com escopo de reforçar o seu orçamento familiar.

Ciente de que sua prestação de contas anual será submetida à apreciação da Corte de Contas para emissão de parecer prévio e, posteriormente, para julgamento pelo Câmara Municipal, João deixa de prestar contas de referidos valores e faz ajustes fraudulentos nos balanços patrimoniais da municipalidade, visando ocultar as irregularidades.

Considerando o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa, com base no texto da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que, pelas condutas acima descritas de usar valores da municipalidade e deixar de prestar contas para ocultar irregularidades, João está sujeito, entre outras, respectivamente, à sanção de

- (A) perda da função pública, podendo o magistrado, em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração e perda da função pública, que atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que João detinha com o Poder Público na época do cometimento da infração.
- (B) suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quatro anos.
- (C) proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 anos e pagamento de multa civil de até o dobro do valor da remuneração percebida por João.
- (D) pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 anos.
- (E) pagamento de multa civil equivalente ao triplo do valor do acréscimo patrimonial e pagamento de multa civil de até 12 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, devendo ser tal valor abatido de eventual multa aplicada pelo Tribunal de Contas em razão dos mesmos fatos, pelo princípio do *non bis in idem*.

32

A Lei complementar federal nº X dispôs que as pessoas que forem condenadas, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática de crime contra o mercado de capitais, terão a sua capacidade eleitoral passiva suprimida desde a condenação até o transcurso de oito anos após o cumprimento da pena.

Irresignado com o teor desse diploma normativo, o diretório nacional do Partido Político Alfa, que conta com representação no Congresso Nacional, solicitou que sua assessoria analisasse a sua conformidade constitucional, sendo-lhe corretamente esclarecido que

- (A) a contagem do período de oito anos a contar da decisão proferida por órgão judicial colegiado, mas sem trânsito em julgado, afronta o direito fundamental à presunção de inocência.
- (B) o legislador atuou no exercício de sua liberdade de conformação e a restrição imposta à capacidade eleitoral passiva é proporcional, isonômica e necessária, considerando o bem jurídico tutelado.
- (C) a restrição da capacidade eleitoral passiva equivale à suspensão dos direitos políticos, prevista em *numerus clausus* pela ordem constitucional, sendo exigida a condenação criminal transitada em julgado.
- (D) a capacidade eleitoral passiva foi corretamente restringida, desde que seja subtraído do prazo de oito anos, após o cumprimento da pena, o período em que a capacidade eleitoral passiva foi suprimida entre a condenação pelo órgão judicial colegiado e o trânsito em julgado.
- (E) a restrição à capacidade eleitoral passiva, apesar de se distinguir da suspensão dos direitos políticos, se identifica com o instituto da inabilitação, sendo que a referida lei complementar apenas indicou a infração penal em relação à qual incidiria a sistemática constitucional.

33

Considere a seguinte situação hipotética: em razão de grave e iminente instabilidade institucional ocorrida em determinada região do país, foi decretado o estado de defesa com estrita observância da sistemática vigente.

No curso dessa medida de defesa do estado e das instituições democráticas, o interventor nomeado foi aconselhado, por seus assessores imediatos, a proceder à detenção de determinado grupo de pessoas, com o objetivo de apurar se estão, ou não, envolvidas na prática das condutas que ensejaram a decretação do estado de defesa.

Após analisar a Constituição Federal de 1988, o interventor concluiu corretamente que

- (A) a medida alvitrada somente é compatível com o estado de sítio, não com o estado de defesa.
- (B) embora possa decretar a prisão, a detenção alvitrada é incompatível com o Estado de Direito.
- (C) a detenção, caso decretada, não pode ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pela autoridade judiciária competente.
- (D) a detenção, ressalvada a situação de flagrante delito, deve ser previamente comunicada à autoridade judiciária competente, que pode obstá-la caso a repute ilegal.
- (E) deve ser observado o direito fundamental de que ninguém pode ser preso senão em flagrante delito ou por escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

34

A sociedade de economia mista Alfa, vinculada ao Poder Executivo do Estado Sigma, que tem a maioria do capital social, explora atividade econômica em sentido estrito e possui uma subsidiária integral, Beta, que controla a sociedade por cotas de responsabilidade limitada Delta. Ao analisar a admissão de pessoal realizada por Delta, o Tribunal de Contas do Estado Sigma entendeu que seria necessária a observância da regra do concurso público, o que não ocorreria. Delta, por sua vez, defendia que não estava sujeita à exigência constitucional.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) apenas Alfa, não as empresas estatais de segundo e terceiro graus, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas.
- (B) Alfa, Beta e Delta estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas e à exigência constitucional do concurso público.
- (C) o fato de Alfa explorar atividade econômica em sentido estrito indica que não está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas.
- (D) empresas subsidiárias e controladas não integram a administração pública indireta, logo, não estão sujeitas à exigência constitucional do concurso público.
- (E) Beta e Gama estão sujeitas a regime de direito privado, com derrogações de direito público, limitando-se a fiscalização do Tribunal de Contas à verificação da ocorrência, ou não, de prejuízo ao erário na sua gestão.

35

Pedro, advogado, impetrou *habeas corpus* de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, no qual João figurava como paciente pelo fato desse último estar sofrendo coação ilegal em detrimento de sua capacidade de locomoção, praticada por certa autoridade estadual. A ordem, no entanto, foi denegada em acórdão que, ao ver de Pedro, era manifestamente contrário à Constituição Federal de 1988.

Decidido a interpor o recurso cabível, já que a instância no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa estava exaurida, Pedro consultou a Constituição Federal de 1988 e concluiu corretamente que pode interpor recurso de fundamentação

- (A) livre, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (B) livre, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) vinculada, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) vinculada, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) livre ou vinculada, conforme opte por recorrer, respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal.

36

O Município Alfa, importante polo turístico do Estado Beta, editou a Lei municipal nº X, dispondo que a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do bioma típico do território municipal estaria condicionada à realização de estudo prévio de impacto ambiental.

Apesar desse diploma normativo ter sido muito comemorado pelos ambientalistas, foi duramente criticado pelos setores econômicos atingidos, que teriam os seus custos ampliados em razão do estudo exigido, passando a sustentar a sua inconstitucionalidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei municipal nº X incursionou em matéria de competência legislativa

- (A) privativa de Alfa, logo é constitucional.
- (B) comum entre todos os entes federativos, devendo prevalecer o interesse mais específico, *in casu*, o local, logo é constitucional.
- (C) privativa da União, logo é inconstitucional, salvo se houver lei complementar federal autorizando o exercício dessa competência pelos Municípios.
- (D) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, logo os Municípios somente podem discipliná-la à falta de norma de nível federativo mais elevado.
- (E) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, mas os Municípios podem suplementar as normas existentes em prol do interesse local, logo é constitucional.

37

Ao longo da história, a Administração Pública brasileira passou por diversas fases, tendo adotado os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial. Embora haja, até os dias atuais, a sobreposição de referidos modelos, há marcos temporais e diretrizes específicas que orientam cada um deles.

Considerando o histórico de reformas administrativas ocorridas no Brasil, é correto afirmar que

- (A) no Brasil colonial, prevalecia o mesmo modelo burocrático que vigorava nos Estados-nação até a segunda metade do século XIX.
- (B) o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado no governo de Juscelino Kubitschek e tinha por objetivos principais modernizar a Administração Pública brasileira e suprimir o modelo patrimonialista de gestão.
- (C) o fato mais marcante nas alterações promovidas pelo Decreto-Lei nº 200/67 foi a centralização das atividades do Estado na Administração Direta, juntamente com a concentração da autoridade nos cargos de maior envergadura.
- (D) a Constituição da República de 1988 ampliou direitos e garantias individuais e sociais, mas, em termos de reforma administrativa, trouxe retrocesso, ante o engessamento e encarecimento do aparelho estatal.
- (E) o principal objetivo do Programa Nacional de Desburocratização era fomentar o crescimento da Administração Indireta, por meio de contratos com empresas privadas capacitadas e convênios com órgãos estaduais e municipais.

38

O TCE-RR executou auditoria governamental em todos os seus municípios jurisdicionados, visando verificar a regularidade dos atos de pessoal no que tange à acumulação de cargos públicos e à remuneração dos agentes.

No relatório emitido pelo corpo instrutivo, foi possível observar as seguintes situações:

- I. A Empresa Pública do Município Alfa, prestadora de serviços de limpeza urbana, possui em seus quadros empregado público que também titulariza cargo estatutário na Secretaria de Turismo da municipalidade.
- II. A Sociedade de Economia Mista do Município Beta tem, como chefe do departamento jurídico, empregado público que também titulariza, na qualidade de servidor estatutário, o cargo de Procurador Municipal.

Nesse sentido, considerando as acumulações de cargos dos itens I e II supramencionadas, com base nas disposições constitucionais acerca do tema, é correto afirmar que

- (A) são irregulares ambas as acumulações.
- (B) são regulares ambas as acumulações.
- (C) são regulares ambas as acumulações, desde que as estatais tenham firmado termo de fomento com as respectivas municipalidades.
- (D) é irregular a acumulação na situação II e regular na situação I, desde que a Empresa Pública do Município Alfa tenha firmado termo de parceria com a municipalidade.
- (E) é irregular a acumulação na situação I e regular na situação II, desde que a Sociedade de Economia Mista do Município Beta não receba recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

39

O Estado de Roraima pretende implementar política de monitoramento de secas e focos de incêndio no exercício financeiro de 2025.

Para garantir a viabilidade e a economicidade do projeto, a administração estadual proporá a transferência de recursos públicos para firmar parceria com a organização da sociedade civil Alfa, especialista em técnicas de georreferenciamento por satélite ótico.

Essa parceria vai permitir a obtenção de dados e informações suficientes para orientar o Poder Público na execução da política de monitoramento, permitindo a sua atuação tempestiva nos casos de incêndio, com benefício real para a população diretamente afetada.

Em paralelo, a organização da sociedade civil Beta pretende acessar, em tempo real, os dados de georreferenciamento obtidos pelo Estado de Roraima na parceria supramencionada. O objetivo é realizar o monitoramento das queimadas e estabelecer parâmetros e comportamentos que possam identificar a potencial origem criminosa de tais queimadas, permitindo a futura proposição de políticas de segurança pública baseadas em dados. Para isso, pretende firmar parceria com o Estado de Roraima, sem transferência de recursos públicos.

Considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, os instrumentos jurídicos adequados a serem firmados pelo Estado de Roraima com as organizações Alfa e Beta são, respectivamente,

- (A) o termo de transferência e o termo de colaboração.
- (B) o termo de fomento e o termo de colaboração.
- (C) o termo de colaboração e o acordo de cooperação.
- (D) o termo de ajustamento de gestão (TAG) e o termo de fomento.
- (E) o termo de ajustamento de conduta (TAC) e o acordo de cooperação.

40

Na análise rotineira dos editais de licitações e contratos, o TCE-RR verificou a aquisição reiterada e sistemática de materiais de expediente (papel sulfite, canetas e outros insumos congêneres) pelo Município Alfa.

Foram identificadas 17 aquisições durante o exercício financeiro de 2024, no valor de R\$ 40.000,00 cada. O fato caiu na malha de risco da Corte de Contas, gerando o consequente aprofundamento das análises por parte da respectiva unidade técnica.

Questionado, o gestor municipal informou que as aquisições foram realizadas de forma isolada pois visavam atender às necessidades de cada uma das secretarias municipais, o que permitiu a utilização de contratação direta por dispensa de licitação. Informou, ainda, que tais contratações não constavam no Plano Anual de Contratações da municipalidade por se tratar de insumos rotineiros, sem previsibilidade de fluxo de demanda.

No caso em tela, com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 que versa sobre o tema licitações e contratos, assinale a afirmativa correta.

- (A) São indevidas as contratações, vez que configuram fracionamento indevido de despesas.
- (B) São devidas as contratações, vez que atendido o critério de valor para dispensa de licitação.
- (C) São indevidas as contratações, vez que é compulsória a utilização da modalidade concurso no caso em tela.
- (D) São indevidas as contratações, vez que compulsória a utilização da modalidade diálogo competitivo no caso em tela.
- (E) São devidas as contratações, vez que a adoção do Plano Anual de Contratações pela municipalidade não é compulsória, desobrigando a licitação para o objeto em tela.

Administração Pública

41

Leia o texto a seguir.

O processo de mensuração, acompanhamento e avaliação do desempenho das políticas públicas, dos serviços e projetos de governo pode ser realizado de forma robusta por meio de ferramentas essenciais que fornecem informações quantitativas e/ou qualitativas para subsidiar a tomada de decisão, além de promover a transparência na prestação de contas à sociedade. Nesse contexto, é possível o uso de:

1. Métricas que avaliam a relação entre os recursos utilizados (custos, pessoal, tempo) e os resultados obtidos.
2. Métricas para o nível de cumprimento (atingimento) dos objetivos de uma política pública.
3. Métricas que avaliam o impacto das políticas públicas na sociedade.

O texto trata da ferramenta

- (A) SWOT e os três itens são exemplos de indicadores de efetividade, eficácia e eficiência, respectivamente.
- (B) Indicadores de Efetividade, com três exemplos.
- (C) OKR e os três itens são exemplos de indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, respectivamente.
- (D) Indicadores de Desempenho e os três itens são exemplos de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, respectivamente.
- (E) PDCA e os três itens são exemplos de indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, respectivamente.

42

Em políticas públicas, a descentralização é frequentemente associada à transferência de competências e responsabilidades entre diferentes níveis de governo.

Nesse contexto, assinale a opção que melhor reflete os objetivos da descentralização no contexto da gestão pública.

- (A) Promover maior controle central sobre as decisões locais, assegurando a uniformidade na aplicação de políticas públicas.
- (B) Garantir a otimização na alocação de recursos, de forma que sejam concentrados em áreas prioritárias definidas exclusivamente pelo Governo Federal.
- (C) Promover a autonomia dos governos locais, com decisões orientadas pelos governos estaduais.
- (D) Facilitar a participação cidadã e adequar as políticas públicas às realidades locais.
- (E) Minimizar o papel das instâncias locais na implementação de políticas públicas, focando na eficiência econômica.

43

O prefeito de uma cidade brasileira organizou um evento-surpresa para anunciar a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em um terreno que fora apossado pelos moradores locais e transformado em um campo de futebol. Ao ouvirem o anúncio do evento, diversos moradores se manifestaram com indignação à obra da Unidade de Saúde.

O ocorrido na referida cidade ilustra uma situação, em termos de atributos desejáveis às políticas públicas, de ausência clara de

- (A) intencionalidade.
- (B) universalidade.
- (C) dinamismo.
- (D) base normativa.
- (E) participação.

44

Em relação às ferramentas e técnicas utilizadas no planejamento e na melhoria contínua das organizações, relacione as ferramentas a seguir às respectivas descrições.

1. PDCA (Plan, Do, Check and Act)
2. SMART (*Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time-bound*)
3. Design Thinking
4. Método OKR

- () Abordagem centrada no ser humano.
- () Abordagem simples e específica para definição de metas.
- () Abordagem mais ampla para planejamento, podendo englobar outras como, por exemplo, para definição de metas.
- () Técnica de definição de metas que conecta objetivos qualitativos a resultados específicos.

As descrições correspondem, respectivamente, às ferramentas

- (A) 3 – 2 – 1 – 4.
- (B) 2 – 3 – 4 – 1.
- (C) 2 – 3 – 1 – 4.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 1 – 2 – 4 – 3.

45

Determinado Estado tem, em sua estrutura, instâncias, mecanismos e instrumentos de participação e fomento ao controle social, responsável pelo recebimento e tratamento das manifestações da sociedade.

Nesse contexto, considere um cidadão que decide manifestar-se acerca de uma situação na qual constata um fornecedor sonegando impostos ao fornecer bens a um órgão estadual por meio de notas fiscais inidôneas. Para realizar a denúncia, ele buscou obter informações pormenorizadas a respeito das despesas do Governo do seu Estado, e, em especial, ao atendimento à Lei da Transparência.

Com base nesse relato, podemos afirmar que (i) a manifestação, (ii) o canal adequado para realizá-la e (iii) o instrumento eletrônico que viabiliza a sua demanda são, respectivamente,

- (A) Denúncia contra o Estado, Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência.
- (B) Denúncia para o Estado, Audiência Pública e Portal da Transparência.
- (C) Denúncia contra o Estado, Audiência Pública e Sistema Integrado de Administração Financeira.
- (D) Denúncia para o Estado, Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência.
- (E) Denúncia para o Estado, Conselhos Gestores e Sistema Integrado de Administração Financeira.

46

A Governança Pública pode ser entendida como um conjunto de mecanismos de liderança, de estratégia e controle e da capacidade que os governos têm de avaliar, direcionar e monitorar a gestão das políticas e dos serviços públicos para atender de forma efetiva as necessidades e demandas da população.

Nesse sentido, avalie se são princípios da Governança Pública os seguintes itens:

- I. *Accountability*
- II. Gestão de risco
- III. Transparência
- IV. Código de conduta

Estão corretos

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

47

A democracia no Brasil tem como marco o ano de 1988, em virtude da promulgação da denominada Constituição Cidadã. Nessa Carta, foi reestabelecida a democracia com ampla previsão de direitos e o Estado brasileiro foi reorganizado de modo a tornar-se mais permeável às questões da sociedade, por meio dos controles institucionais e sociais estabelecidos.

Com base no exposto, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A política pública deve ter controle exercido pela Administração Pública que examina se ela atendeu ao interesse público, à legislação e aos princípios básicos da administração.
- II. Nos tipos de controle sobre a Administração Pública, existem duas formas de controle social: o interno e o externo.
- III. O controle social refere-se à participação ativa dos cidadãos no monitoramento e fiscalização das ações do governo e pode contar também com o controle institucional, garantindo que ações governamentais estejam alinhadas com o interesse público.
- IV. O controle social, apesar de exercido pela sociedade, pode ser de iniciativa do ente público, como as ouvidorias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

48

Considerando o Referencial Estratégico das Organizações e as ferramentas de análise do ambiente interno e externo, bem como de cenários para as organizações, é correto afirmar que

- (A) a matriz GUT utiliza os critérios de Gravidade, Urgência e Tendência e identifica fatores externos e internos que impactam uma organização.
- (B) a matriz SWOT auxilia no entendimento do ambiente organizacional, enquanto a matriz GUT prioriza problemas de acordo com sua relevância.
- (C) a matriz GUT auxilia no entendimento do ambiente organizacional, enquanto a matriz SWOT prioriza problemas de acordo com sua relevância.
- (D) as abordagens via Matriz SWOT ou matriz GUT têm como foco exclusivo a identificação de oportunidades e ameaças externas.
- (E) a matriz SWOT é usada para priorizar problemas ou situações críticas com base em sua relevância ou força.

49

O *trade-off* entre corrupção e qualidade das políticas públicas é desafio contínuo dos gestores públicos.

Sobre os fatores que influenciam a incidência de corrupção e os que promovem a qualidade das políticas públicas, é correto afirmar que

- (A) a centralização das decisões políticas reduz a incidência de corrupção.
- (B) a restrição da participação social nos processos decisórios melhora a eficiência das políticas públicas.
- (C) a promoção de uma cultura de integridade e a capacitação dos servidores públicos reduzem a corrupção.
- (D) a substituição da força de trabalho por sistemas robustos de monitoramento e avaliação das políticas públicas pode aumentar a corrupção.
- (E) qualidade institucional e desenvolvimento econômico são variáveis diretamente relacionadas em virtude da relação negativa que deve haver entre o fortalecimento das instituições e a corrupção no setor público.

50

Imagine uma região composta por vários pequenos municípios que, individualmente, não possuem recursos técnicos, financeiros ou operacionais para implementar e gerenciar um sistema eficiente de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Nesse contexto, a estratégia mais adequada para a solução desse problema deve ser

- (A) a criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) para avaliar o problema da coleta.
- (B) a terceirização do serviço de coleta para uma Organização Social (OS).
- (C) a criação de um Consórcio Público Intermunicipal de Resíduos Sólidos.
- (D) a instituição de uma Taxa de Coleta e Manejo de Resíduos, seguindo o marco do saneamento.
- (E) a criação de uma Agência Reguladora para o Manejo dos Resíduos Sólidos.

Matemática Financeira e Estatística

51

Sobre noções básicas de estimação e testes de hipóteses, considere as afirmativas a seguir.

- I. Em uma estimação pontual, o objetivo é determinar um único valor numérico como melhor estimativa do parâmetro populacional, como a média ou a proporção.
- II. Um intervalo de confiança fornece uma estimativa por intervalo para o parâmetro populacional, acompanhada de um nível de confiança que indica a probabilidade de o intervalo conter o verdadeiro valor do parâmetro.
- III. Em um teste de hipóteses, a hipótese nula (H_0) é não rejeitada se a probabilidade p-valor for maior que o nível de significância (α).
- IV. O erro tipo I ocorre quando a hipótese nula (H_0) é não rejeitada, mas na verdade deveria ter sido rejeitada.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

52

Uma empresa precisa dividir uma verba de R\$ 12.000,00 entre seus três departamentos (A, B e C) de acordo com as seguintes condições:

- I. O valor recebido pelo departamento A é diretamente proporcional ao número de funcionários que possui.
- II. O valor recebido pelo departamento B é inversamente proporcional à quantidade de projetos concluídos.
- III. O valor recebido pelo departamento C é diretamente proporcional ao tempo médio de experiência dos funcionários.

Sabe-se que:

- o departamento A possui 10 funcionários;
- o departamento B concluiu 2 projetos;
- o departamento C tem funcionários com tempo médio de experiência de 4,5 anos.

O departamento B receberá da verba total um valor igual a

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 400,00.
- (E) R\$ 500,00.

53

Um investidor aplicou R\$ 10.000,00 em dois investimentos: *uma aplicação em regime de juros simples* com taxa de 10% ao ano e *uma aplicação em regime de juros compostos* com taxa de 10% ao ano. Ambas as aplicações têm o prazo de DOIS anos.

Considerando os valores finais de cada investimento, a diferença entre os montantes das duas aplicações ao final desse período é igual a

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 400,00.
- (E) R\$ 500,00.

54

Avalie se as seguintes afirmações sobre capitalização e desconto são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () No regime de capitalização simples, o crescimento do montante ao longo do tempo é linear, pois os juros são calculados apenas sobre o capital inicial, independentemente do tempo.
- () No regime de capitalização composta, o valor presente de um montante futuro pode ser calculado dividindo o montante pelo fator de capitalização $(1+i)^t$, em que i é a taxa de juros e t é o tempo.
- () O desconto racional sempre resulta em um valor descontado maior do que o desconto comercial, pois considera a equivalência do capital no tempo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

55

Com relação aos conceitos sobre taxas de juros nominal, efetiva, equivalente, real e aparente, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A *taxa nominal* é uma taxa expressa em termos anuais, mas que não considera os efeitos de capitalização de períodos menores, como meses ou trimestres.
- II. A *taxa efetiva* de juros leva em conta o período de capitalização e , por isso, é menor do que a taxa nominal correspondente.
- III. A *taxa real* de juros desconta o efeito da inflação, sendo calculada com a fórmula: $(1+i_{\text{real}}) = (1+i_{\text{nominal}})/(1+\text{inflação})$.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Sobre os sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos, Sistema Francês (Tabela PRICE), Sistema de Amortização Constante (SAC) e Sistema de Amortização Misto (SAM), avalie as afirmativas a seguir.

- I. No Sistema Francês de Amortização (Tabela PRICE), as parcelas pagas são fixas, mas o valor amortizado aumenta ao longo do tempo, enquanto os juros diminuem.
- II. No Sistema de Amortização Constante (SAC), o valor da parcela total diminui ao longo do tempo, pois a amortização é fixa e os juros decrescem.
- III. No Sistema de Amortização Misto (SAM), as parcelas são calculadas como a média aritmética entre os valores das parcelas do Sistema Francês (PRICE) e do Sistema SAC.
- IV. A principal diferença entre os sistemas de amortização está na forma como os juros e a amortização são distribuídos ao longo do tempo, mas todos os sistemas garantem o mesmo valor total de juros ao final do contrato.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

57

Considerando a relação entre média, mediana e moda em distribuições de dados, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Se, em um conjunto de dados, a média for maior que a mediana, a distribuição será assimétrica à direita (positiva).
- () Em uma distribuição simétrica, a média, a mediana e a moda coincidem.
- () Para uma distribuição multimodal, é possível que a relação entre média, mediana e moda não siga um padrão consistente.
- () Se a mediana for maior que a média, a distribuição pode apresentar assimetria à esquerda (negativa).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) F – V – V – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – F – F – F.

58

Um experimento consiste em lançar dois dados honestos (não viciados) simultaneamente e observar o resultado da soma de seus valores.

Considere os seguintes eventos:

- A: a soma dos valores é um número par.
- B: a soma dos valores é maior que 8.

Com base nesse experimento, considere as seguintes perguntas:

1. Qual a probabilidade de A?
2. Qual a probabilidade de B?
3. Sabendo que A ocorreu, qual é a probabilidade de B?

As respostas às perguntas 1, 2 e 3 acima são, respectivamente,

- (A) 1/2, 1/4 e 2/9.
- (B) 1/3, 5/18 e 1/4.
- (C) 1/2, 5/18 e 1/4.
- (D) 1/3, 5/12 e 1/6.
- (E) 1/2, 5/18 e 2/9.

59

Em uma fábrica, 30% dos funcionários pertencem ao turno da manhã e os demais pertencem ao turno da tarde.

Sabe-se que:

- a probabilidade de um funcionário usar transporte público dado que ele pertence ao turno da manhã é igual a 0,6.
- a probabilidade de um funcionário usar transporte público dado que ele pertence ao turno da tarde é igual a 0,6.
- a probabilidade geral de um funcionário usar transporte público é 0,6.

Com base nesses dados, considere as seguintes perguntas:

1. Os eventos turno da manhã e uso de transporte público são independentes?
2. Qual a probabilidade de um funcionário pertencer ao turno da manhã, dado que ele usa transporte público?

As respostas às perguntas 1 e 2 são, respectivamente,

- (A) Sim e 0,15.
- (B) Sim e 0,30.
- (C) Sim e 0,60.
- (D) Não e 0,30.
- (E) Não e 0,60.

60

Relacione os métodos de amostragem a seguir às respectivas descrições.

1. Amostragem Aleatória Simples
 2. Amostragem Estratificada
 3. Amostragem Sistemática
 4. Amostragem por Conglomerados
- () Numeração de todos os indivíduos da população e seleção aleatória direta.
 - () Divisão da população em subgrupos homogêneos e realização de amostragem proporcional em cada grupo.
 - () Seleção de um ponto de partida aleatório e escolha de elementos em intervalos regulares na lista da população.
 - () Divisão da população em grupos, com seleção aleatória de alguns grupos inteiros para análise.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 1 – 3 – 2 – 4.
- (C) 1 – 4 – 3 – 2.
- (D) 2 – 1 – 4 – 3.
- (E) 3 – 4 – 2 – 1.

MÓDULO III - CONHECIMENTOS

ESPECÍFICOS AVANÇADOS

61

Os Tribunais de Contas devem fazer cumprir os dispositivos legais que garantam a sua efetiva independência, bem como a de seus membros e de seus servidores. Essa independência é garantida pelo texto constitucional, que lhes assegura diversas prerrogativas institucionais.

Nesse sentido, avalie as afirmativas a seguir sobre os membros dos Tribunais e do Ministério Público de Contas:

- I. Não há necessidade de redistribuição do feito nos casos em que o Relator/Conselheiro de Tribunal de Contas seja vencido em decisão colegiada de natureza interlocutória (preliminar), quando inexistente previsão específica.
- II. A competência do Superior Tribunal de Justiça para o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por membros dos Tribunais de Contas dos Estados (Art. 105, I, “a”, da CF/1988) abarca a suposta autoria intelectual de crime de homicídio, tentado ou consumado.
- III. O Ministério Público de Contas integra a intimidade estrutural do respectivo Tribunal de Contas e a Constituição não autoriza a equiparação de “vencimentos” e “vantagens” entre membros do Ministério Público especial e membros do Ministério Público comum.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

62

Segundo o Instituto Ruy Barbosa (IRB) a “NBASP 12 – Valor e benefício dos tribunais de contas- fazendo a diferença na vida dos cidadãos” é uma adaptação da *INTOSAI-P 12- The Value and Benefits of SAI- Making a difference to the lives os citizens* para o contexto institucional brasileiro, que foi incorporada à estrutura das NBASP em 2015.

O seguinte princípio previsto nessa norma deve ser observado pelas Cortes de Contas brasileiras:

- (A) compartilhar boas práticas e tecnologias com seus jurisdicionados.
- (B) evitar integração com a mídia e divulgação de trabalhos nos meios de comunicação em massa.
- (C) abster-se de contribuir para o debate sobre o aperfeiçoamento da Administração Pública, beneficiando-se a segregação de funções e a separação de poderes.
- (D) produzir relatórios sobre os resultados de auditoria e sua divulgação ao público, o que deve ser providenciado após o trânsito em julgado.
- (E) habilitar os responsáveis pela governança do setor público para que possam cumprir suas responsabilidades e responder aos achados e às recomendações da auditoria.

63

Nos termos da NBASP 200, a auditoria financeira envolve determinar, por meio da coleta de evidência de auditoria, se as informações financeiras de uma entidade são apresentadas em suas demonstrações contábeis de acordo com a estrutura de relatório financeiro e regulatória aplicáveis.

Na realização da auditoria financeira, deve-se observar a seguinte orientação da NBASP 200:

- (A) as auditorias de demonstrações contábeis conduzidas de acordo com as NBASP podem ser trabalhos de assecuração ou de certificação.
- (B) os trabalhos de assecuração limitada, tais como os de revisão, são abrangidos pelas NBASP atuais que tratam de auditoria financeira.
- (C) o planejamento da auditoria financeira deve ser atualizado à medida em que o trabalho avança, não se limitando à etapa de planejamento.
- (D) o auditor deve identificar e avaliar o risco inerente levando em conta o efeito de quaisquer controles relacionados e determinar se quaisquer dos riscos inerentes é significativo.
- (E) o auditor deve aplicar o conceito de materialidade em termos quantitativos (pela natureza) e, quando pertinente, em termos qualitativos (pelo valor), ao planejar e executar a auditoria.

64

Sobre a opinião do auditor em trabalhos de auditoria financeira, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O auditor deve expressar uma opinião modificada caso a evidência de auditoria revele que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. O auditor pode ser obrigado a relatar observações e achados que não afetaram a sua opinião, e quaisquer recomendações feitas como resultado deles.
- III. O auditor deve emitir opinião adversa quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente devido a uma incerteza ou limitação de escopo, para concluir que os efeitos de quaisquer distorções não detectadas podem ser relevantes e generalizados nas demonstrações contábeis.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

65

Evidências são os elementos que provam e embasam as análises e conclusões do auditor.

Sobre a obtenção de evidências em auditorias de conformidade, assinale a afirmativa correta, considerando as disposições da NBASP 400.

- (A) Após completar a auditoria, o auditor revisará a evidência de auditoria a fim de chegar a uma conclusão ou emitir uma opinião.
- (B) O auditor de conformidade dificilmente necessitará combinar evidências de diferentes fontes.
- (C) A obtenção de mais evidência deve ser usada para compensar sua baixa qualidade.
- (D) Os procedimentos de auditoria previstos na matriz de planejamento não são determinantes da qualidade da evidência a ser coletada.
- (E) A natureza e as fontes da evidência necessária não são determinadas pelos critérios, mas sim pela natureza do objeto e pelo escopo da auditoria.

66

Se o auditor considera necessário chamar a atenção do usuário para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis de tal importância que é fundamental para a compreensão das demonstrações, desde que tenha obtido evidência apropriada e suficiente de que não houve distorção relevante sobre o assunto nas demonstrações contábeis, o auditor deve incluir, em seu relatório,

- (A) um capítulo de destaques.
- (B) um parágrafo de ênfase.
- (C) um parágrafo com o título “Outros assuntos”.
- (D) um capítulo com o título “observações”.
- (E) notas explicativas.

67

A Conta Única do Tesouro Nacional é o instrumento centralizado pelo qual o Governo Federal realiza a movimentação financeira de suas receitas e despesas, gerenciando os recursos públicos de forma integrada. Esse modelo permite maior controle, transparência e eficiência na administração financeira da União, evitando fragmentações que dificultem a gestão orçamentária e financeira. A centralização dos recursos reduz custos operacionais, otimiza a liquidez e facilita o monitoramento da execução orçamentária em tempo real.

Quanto à Conta Única do Tesouro Nacional, avalie as afirmações a seguir.

- I. Todas as saídas de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional são operacionalizadas por Ordens de Pagamento (OP) emitidas pelo SIAFI.
- II. A Conta Única do Tesouro Nacional está registrada no ativo financeiro do balanço patrimonial da União; ela aparece no grupo de Disponibilidades, que engloba os recursos em caixa e os saldos bancários disponíveis para o cumprimento das obrigações financeiras da União.
- III. O Limite de Saque com Vinculação de Pagamento é o processo pelo qual o Tesouro controla os pagamentos da Conta Única do Tesouro Nacional, dentro de cada fonte de recursos, de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa, a partir da criação do código de vinculação de pagamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

68

As falhas de mercado podem justificar a intervenção estatal para corrigir ineficiências econômicas e sociais, especialmente na produção de bens públicos.

Sobre esse tema, assinale a opção que apresenta uma explicação correta para a dificuldade de alocar recursos de forma eficiente na produção de bens públicos.

- (A) Os bens públicos são caracterizados por rivalidade no consumo, o que significa que o consumo de um indivíduo impede o consumo de outro, dificultando a maximização da utilidade coletiva.
- (B) A exclusividade no consumo é uma característica inerente aos bens públicos, o que aumenta os custos de transação na determinação de um preço eficiente.
- (C) A falha de mercado ocorre porque os bens públicos, como a defesa nacional, apresentam características de não rivalidade e não exclusão, o que desencoraja a provisão pelo setor privado devido à ausência de incentivos econômicos claros.
- (D) Os bens públicos criam externalidades negativas inevitáveis, que elevam os custos sociais de sua produção e desestimulam tanto a participação estatal quanto a iniciativa privada.
- (E) A ausência de rivalidade e exclusividade no consumo de bens públicos permite que o mercado atinja um equilíbrio Pareto-eficiente, justificando que sua provisão seja inteiramente delegada ao setor privado.

69

Sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) falsa.

- () O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece os objetivos e as metas da administração pública para um período de quatro anos, mas não precisa estar alinhado com as metas fiscais da LDO.
- () A LDO é responsável por orientar a elaboração da LOA, incluindo a definição de metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte e pode ajustar o conteúdo do PPA.
- () A LOA contém a previsão de receitas e a fixação de despesas para o exercício financeiro anual, sendo um documento de execução orçamentária desvinculado do PPA e da LDO.
- () O PPA é elaborado no primeiro ano de mandato e se inicia no mesmo ano, abrangendo um período de cinco anos.
- () A LDO deve dispor sobre alterações na legislação tributária e estabelecer limites para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F – F – V.
- (B) V – F – V – F – F.
- (C) V – F – V – V – V.
- (D) F – F – V – F – F.
- (E) F – V – F – F – V.

70

A prefeitura de uma grande cidade enfrenta desafios na alocação de recursos para melhorar o sistema de transporte público, que apresenta altos índices de insatisfação por parte dos cidadãos.

Dois modelos de orçamento foram propostos:

- *Orçamento Tradicional*: foca na distribuição de recursos em categorias como “manutenção de veículos”, “salários de funcionários” e “compra de combustíveis”, sem relacionar diretamente os gastos com metas de desempenho ou impacto na qualidade do serviço.
- *Orçamento-Programa*: propõe um programa específico denominado “Mobilidade Urbana Eficiente”, com metas claras de como reduzir o tempo médio de espera nos pontos de ônibus em 20% e aumentar a satisfação dos usuários em 30% no próximo ano, vinculando os recursos necessários às ações que promovam esses resultados.

Dado esse contexto, o maior desafio para a implementação do modelo de Orçamento-Programa nessa prefeitura, considerando a realidade do setor público brasileiro, é

- (A) a resistência de servidores públicos habituados ao modelo tradicional.
- (B) a limitação na obtenção de indicadores confiáveis para medir o impacto do programa.
- (C) a dificuldade em prever os custos associados a cada meta definida pelo programa.
- (D) a falta de integração entre o planejamento estratégico e os sistemas de execução orçamentária.
- (E) o excesso de controle legal e burocrático que dificulta a flexibilidade no remanejamento de recursos.

71

O federalismo fiscal no Brasil caracteriza-se pela divisão de competências tributárias entre União, Estados e Municípios, de forma que cada ente federativo tem autonomia para arrecadar e gerir seus tributos. A Lei Complementar nº 194/2022, ao classificar combustíveis como bens essenciais e limitar a alíquota do ICMS, trouxe impactos significativos para essa autonomia, especialmente no contexto do federalismo fiscal.

Com base nesse cenário, assinale a opção que melhor representa um impacto direto dessa legislação sobre o federalismo fiscal brasileiro.

- (A) Extinção do ICMS sobre combustíveis, transferindo a competência tributária integral para a União.
- (B) Aumento do controle estadual sobre os critérios de definição de alíquotas, fortalecendo o pacto federativo.
- (C) Fortalecimento da autonomia dos estados, uma vez que a limitação de alíquotas reduz a interferência da União nos tributos estaduais.
- (D) Uniformização obrigatória das alíquotas do ICMS sobre combustíveis em todos os estados, promovendo maior equilíbrio no sistema tributário.
- (E) Redução da capacidade de arrecadação dos estados, comprometendo a autonomia fiscal e ampliando a dependência de repasses federais.

72

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos complementares do planejamento orçamentário no Brasil.

Quanto à LDO e LOA, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece critérios e regras para a elaboração e execução do orçamento público, incluindo os mecanismos de limitação de empenho e movimentação financeira.
- II. Os critérios de limitação de empenho são acionados quando há frustração de receita, ou seja, quando a arrecadação prevista não se concretiza em montante suficiente para cobrir as despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- III. Periodicamente, por intermédio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), o Poder Executivo avalia as receitas realizadas e compara com as previsões; caso identifique risco de não cumprimento das metas fiscais, é acionado o mecanismo de ajuste.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

73

A Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Acerca desse tema, avalie, considerando as disposições da Instrução Normativa nº 5/2017, se é vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada nos seguintes casos:

- I. Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário.
- II. Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente.
- III. Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada.

Nesse cenário, é de fato vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

74

Após celebrar determinado contrato administrativo com o Poder Público, a sociedade empresária Alfa contratou a consultoria jurídica prestada pelo escritório ABC com o objetivo de melhor entender as normas aplicáveis à execução e à fiscalização da avença administrativa.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por dois ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos em lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- II. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sendo certo que a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, embora não exclua essa responsabilidade, poderá reduzi-la proporcionalmente.
- III. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

75

Matheus, agente público, ao proceder à leitura da Instrução Normativa nº 5/2017, concluiu que as atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

Ao evoluir no estudo do texto legal, o referido servidor público se deparou com o seguinte conceito, relacionado às atividades de gestão e fiscalização da execução dos contratos: *é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário.*

Nesse cenário, considerando as disposições da Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, se está diante do conceito de

- (A) gestão da execução do contrato.
- (B) fiscalização administrativa.
- (C) fiscalização setorial.
- (D) fiscalização técnica.
- (E) fiscalização jurídica.

76

Jonas, servidor público, ao ministrar palestra em uma universidade localizada no Estado de Roraima, afirmou que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, que tais contratações, além de subordinadas ao controle social, estarão sujeitas a determinadas linhas de defesa.

Nesse cenário, considerando o que está disposto na Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A primeira linha de defesa das contratações públicas é integrada pelo órgão central de controle interno da administração e pelo Tribunal de Contas.
- () A segunda linha de defesa das contratações públicas é integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.
- () A terceira linha de defesa das contratações públicas é integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou da entidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

77

Analise as afirmativas a seguir a respeito dos Conselheiros e Conselheiros-Substitutos, considerando as disposições do RITCERR e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I. O Conselheiro-Substituto, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos, vencimentos e vantagens do titular e quando no exercício de suas atribuições funcionais, às de Juiz da mais alta entrância.
- II. O Conselheiro do Tribunal de Contas acusado de homicídio será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça por crime de responsabilidade.
- III. O Conselheiro do Tribunal de Contas poderá ser notificado ou intimado para comparecer, como testemunha, perante comissão parlamentar de inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

78

No curso de fiscalização, se for verificada a ocorrência de procedimentos que possam resultar em danos ao erário ou em irregularidades graves, com suporte em elementos concretos e convincentes, a equipe de auditoria deverá

- (A) encaminhar ofício ao Ministério Público de Contas para adoção das medidas necessárias à concessão de medidas liminares.
- (B) encaminhar comunicação ao relator com recomendação para instauração de tomada de contas especial.
- (C) propor a realização de termo de ajuste de gestão, como medida de controle concomitante.
- (D) comunicar ao relator da auditoria para que requeira informações complementares ao auditado, a serem prestadas no prazo de dois dias, e decidir a respeito.
- (E) representar, desde logo, ao supervisor da auditoria e ao dirigente da unidade superior de controle externo, o qual submeterá a matéria ao respectivo relator, com parecer conclusivo.

79

Durante a execução de uma auditoria de conformidade, os auditores de controle externo do TCE-RR, devidamente credenciados, requereram, por escrito, documentos e informações ao Secretário Municipal jurisdicionado.

Como o pedido não foi atendido, a equipe de auditoria reiterou a requisição, assinalando o prazo previsto regimentalmente para a apresentação de respostas. Após o decurso do referido prazo, a requisição novamente não foi atendida.

Considerando esses fatos e as disposições do RITCE-RJ, assinale a opção que apresenta a medida a ser adotada na sequência.

- (A) O auditor credenciado deverá intimar o responsável para apresentar justificativa ao tribunal no prazo de dois dias.
- (B) Aplicação de multa não superior a 300 vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de Roraima (UFERR), se comprovada a obstrução ao livre exercício da fiscalização.
- (C) O dirigente da unidade técnica de controle externo dará ciência ao Ministério Público de Contas e submeterá o feito à apreciação do relator da auditoria em curso, que poderá expedir comunicação ao responsável.
- (D) A equipe de auditoria elaborará representação ao Presidente do TCE-RR para que adote as providências necessárias à instauração de processo de responsabilização.
- (E) O Relator da auditoria deverá intimar o responsável para apresentar as justificativas cabíveis no prazo de 10 dias, sob pena de multa.

80

Das deliberações do TCE-RR, são cabíveis recursos e impugnações. Acerca do tema, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público de Contas, pelo responsável, pelo interessado e pelo dirigente de unidade técnica de superior de controle externo.
- II. O Ministério Público de Contas e os corresponsáveis por contas com responsabilidade solidária gozam do dobro do prazo para apresentação de recursos.
- III. Cabe agravo de instrumento, no efeito suspensivo e no prazo de cinco dias, contra decisão monocrática que deferir ou indeferir a concessão de medidas cautelares.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

81

Os Auditores de Controle Externo Cláudio, Júlio e Gustavo apresentaram o seguinte relatório de auditoria financeira, em um trabalho de asseguuração razoável:

A presente auditoria visou emitir opinião sobre se as demonstrações financeiras do Município de Flamengo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial da conta Participações Permanentes do grupo Investimentos do Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial do Município de Flamengo, em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável.

Em nossa opinião, devido às distorções encontradas, as demonstrações financeiras do Município de Flamengo não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial da conta Participações Permanentes, em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável, vez que foram encontradas distorções relevantes e generalizadas: de exatidão de, no mínimo, R\$ 2,2 bilhões a menos; de integralidade, por ausência de inclusão do patrimônio da Flamengo Participações Imobiliárias S.A. entre as participações permanentes registradas na contabilidade; de apresentação e divulgação, uma vez que as Notas Explicativas são insuficientes para evidenciar, referenciar e dar transparência aos valores lançados a título de participações permanentes do Município de Flamengo, violando preceitos básicos de contabilidade pública.

Nesse Relatório de Auditoria Financeira, deve ser expressa uma opinião

- (A) positiva.
- (B) negativa.
- (C) modificada.
- (D) com ênfase.
- (E) não modificada.

82

Um auditor governamental foi designado para realizar uma auditoria nos créditos adicionais e na conformidade do orçamento informado pela Prefeitura com o Balanço Orçamentário Consolidado – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64.

Durante a análise, os seguintes dados foram levantados:

- Orçamento inicial: 102.653.300,00.
- Orçamento registrado no Balanço Orçamentário Consolidado – Anexo 12: 133.435.355,33.
- Anulações de dotações orçamentárias: 27.177.085,21.
- Créditos extraordinários: 0,00.
- Créditos suplementares: 51.657.969,23.
- Créditos especiais: 5.768.212,18.

Após finalizada a auditoria, foi apurada a

- (A) consonância entre o orçamento apurado e o registrado no Anexo 12.
- (B) divergência negativa de 532.959,13 entre o orçamento apurado e o registrado no Anexo 12.
- (C) divergência positiva de 532.959,13 entre o orçamento apurado e o registrado no Anexo 12.
- (D) divergência negativa de 332.959,13 entre o orçamento apurado e o registrado no Anexo 12.
- (E) divergência negativa de 1.532.959,13 entre o orçamento apurado e o registrado no Anexo 12.

83

As auditorias financeiras, operacionais e de conformidade desempenham um papel fundamental no fortalecimento da gestão pública, promovendo a transparência, a *accountability* e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Relacione os tipos de auditoria às respectivas características.

I. Auditoria Financeira

II. Auditoria Operacional

III. Auditoria de Conformidade

- () Apresenta etapas sistemáticas para avaliar se atos de gestão estão de acordo com leis, regulamentos e normas aplicáveis; no planejamento, são definidos o escopo, os critérios legais e normativos, e identificados os riscos de não conformidade; na execução, são realizadas a inspeção documental, as entrevistas, a observação direta, a análise de contratos e o cruzamento eletrônico de dados para a coleta de evidências a fim de verificar o cumprimento das normas; no relatório, são apresentados achados como irregularidades ou impropriedades juntamente com recomendações corretivas; por fim, a tarefa é finalizada com o monitoramento (*follow-up*), verificando a adoção das medidas propostas para contribuir com a legalidade, eficiência e transparência na gestão pública.
- () Apresenta etapas estruturadas que asseguram a fidedignidade das demonstrações contábeis e o uso eficiente dos recursos públicos; no planejamento, são definidos o escopo, os objetivos e os riscos, considerando a materialidade e as características da entidade; na execução, são aplicadas técnicas de inspeção documental, recálculo, conciliação, circularização e cruzamento eletrônico de dados para coletar evidências apropriadas; no relatório final, apresenta-se uma opinião fundamentada; por fim, é realizado o acompanhamento para assegurar que as medidas de aperfeiçoamento do controle interno sejam implementadas, promovendo transparência e *accountability* na gestão pública.
- () Apresenta etapas voltadas para avaliar a eficiência, eficácia, economicidade e efetividade das atividades públicas; no planejamento, são definidos o escopo, os critérios de avaliação (como metas e indicadores), os riscos e os objetivos da auditoria, alinhando-os às diretrizes estratégicas da entidade auditada; na execução, são aplicadas técnicas de análise de processos, entrevistas com gestores e servidores, cruzamento eletrônico de dados, inspeção física e documental, além de comparação de desempenho com *benchmarks*, em que dados quantitativos e qualitativos coletados são essenciais para avaliar a relação entre recursos empregados, processos executados e resultados alcançados; apresenta-se relatório técnico com achados, conclusões e recomendações práticas para a melhoria do desempenho e eliminação de gargalos; por fim, é realizado o monitoramento (*follow-up*) para verificar a implementação das recomendações para assegurar a melhoria contínua da gestão pública.

A relação correta, na ordem apresentada, é

- (A) I – II – III.
 (B) II – III – I.
 (C) III – I – II.
 (D) II – I – III.
 (E) III – II – I.

84

Durante uma auditoria em um Tribunal de Contas, identificou-se que os valores informados na prestação de contas de um órgão público divergiam dos registrados em seus extratos bancários.

Nesse contexto, assinale a técnica mais apropriada para identificar a causa da divergência entre os registros financeiros do órgão e os extratos bancários.

- (A) Conciliação.
 (B) Circularização.
 (C) Inspeção documental.
 (D) Cruzamento eletrônico de dados.
 (E) Procedimentos de revisão analítica.

85

Os tipos de aplicação financeira disponíveis no SIAFI são a Aplicação Financeira na Conta Única e a Aplicação Financeira na Rede Bancária.

Com relação à consulta dos rendimentos dos recursos aplicados na conta única, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A remuneração dos recursos aplicados por uma Unidade de Gestão Centralizadora (UG) na Conta Única incide sobre os saldos diários de recursos aplicados existentes no decêndio.
- () Os rendimentos auferidos são registrados como direito ou obrigação da UG por processo automático, decendialmente, assim que o sistema dispôr de todas as taxas diárias do decêndio.
- () No caso de o somatório dos rendimentos do decêndio resultar em um rendimento positivo, é registrada uma receita na UG. Se esse somatório for negativo, será registrada uma despesa na UG que aplica.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
 (B) F – V – V.
 (C) V – V – F.
 (D) V – F – V.
 (E) F – V – F.

86

Uma entidade do setor público reconheceu, em 2023, receita de R\$ 200.000, referente a um convênio.

Em 2024, a receita reconhecida com o convênio, referente ao mesmo contrato, foi de R\$ 120.000. Entretanto, foi efetuada restituição de R\$ 150.000.

Em 2024, a entidade reconheceu

- (A) dedução de receita de R\$ 150.000.
 (B) despesa orçamentária de R\$ 150.000.
 (C) despesa extraorçamentária de R\$ 150.000.
 (D) dedução de receita de R\$ 120.000 e despesa orçamentária de R\$ 30.000.
 (E) dedução de receita de R\$ 120.000 e despesa extraorçamentária de R\$ 30.000.

87

Uma repartição pública funciona em um prédio próprio de cinco andares. Dos andares, três são ocupados pela repartição pública e dois são alugados a uma empresa de consultoria privada.

Em dezembro de 2024, o prédio foi autuado pelas autoridades municipais, que informaram que ele deveria pagar uma multa de R\$ 20.000 por danos ambientais.

A repartição analisou a legislação com os seus advogados e julgou que a atuação tinha risco de perda provável. Ainda, foi decidido, no mês, que o prédio instalaria, no primeiro trimestre de 2025, filtros especiais para evitar novas penalidades no futuro. O custo dos filtros era de R\$ 10.000.

Foi acordado, pela repartição pública e pela empresa de consultoria, que cada parte seria responsável pelos gastos de seus andares.

A provisão para contingências contabilizada no balanço patrimonial da repartição pública em dezembro de 2024 foi de

- (A) R\$ 6.000.
- (B) R\$ 12.000.
- (C) R\$ 18.000.
- (D) R\$ 20.000.
- (E) R\$ 30.000.

88

A divulgação em notas explicativas, por entidades do setor público, de certos relacionamentos e transações com as partes relacionadas e o relacionamento subjacente a essas transações é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização, possibilitando aos usuários uma melhor compreensão das demonstrações contábeis da entidade que reporta.

Em relação aos motivos para a divulgação, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os relacionamentos com partes relacionadas podem expor a entidade a riscos ou fornecerem oportunidades que não existiriam na ausência do relacionamento.
- II. Os relacionamentos com partes relacionadas podem influenciar a maneira pela qual a entidade opera com outras entidades no alcance de seus objetivos individuais e na maneira pela qual ela coopera com outras instituições no alcance de seus objetivos comuns ou coletivos.
- III. Partes relacionadas podem realizar transações em condições especiais que, possivelmente, não estariam disponíveis nas mesmas condições para terceiros. Desse modo, a existência de relacionamentos com partes relacionadas significa que uma parte pode controlar ou influenciar significativamente as atividades da outra e isso cria a oportunidade para que transações ocorram em uma base que possa beneficiar inadequadamente uma entidade em detrimento da outra.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

89

De acordo com o *Manual de Demonstrativos Fiscais*, a despesa total com pessoal, com ativos, inativos e pensionistas compreende o somatório dos gastos do ente da Federação deduzidos alguns itens explicitados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação à Despesa Bruta com Pessoal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O conceito de despesa com pessoal não depende da natureza do vínculo empregatício; assim, as despesas com servidores, independentemente do regime de trabalho a que estejam submetidos, integram a despesa total com pessoal e compõem o cálculo do limite de gasto com pessoal.
- () O conceito de despesa com pessoal não depende de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação. Assim, tanto as contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público como as que poderão vir a ser contestadas à luz do instituto constitucional do concurso público deverão ser registradas na despesa com pessoal.
- () Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção. Assim, na despesa bruta com pessoal, não são incluídos os encargos sociais, como o PIS/PASEP, incidentes sobre a folha de salários e as contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – F.

90

Uma entidade que trabalha com a prestação de serviços passou a utilizar o Custeio Baseado em Atividades (ABC) com o objetivo de reduzir as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos.

O objetivo da entidade

- (A) não poderá ser alcançado pelo método, uma vez que esse se limita ao custeio de produtos.
- (B) não poderá ser alcançado pelo método, uma vez que esse não permite ao gestor conhecer o custo de ociosidade.
- (C) poderá ser alcançado pelo método, uma vez que os benefícios gerados pela sua aplicação são maiores do que os custos.
- (D) poderá ser alcançado pelo método, uma vez que este visa à alocação racional dos gastos indiretos aos serviços produzidos.
- (E) não poderá ser alcançado pelo método, uma vez que esse aloca os montantes dos recursos consumidos às atividades que consomem esses recursos.

91

Assinale a opção que indica um investimento e uma despesa cujo reconhecimento é diretamente relacionada a ele.

- (A) Compra de veículo e depreciação.
- (B) Arrendamento de edificação e exaustão.
- (C) Pesquisa de ativo intangível e amortização.
- (D) Contratação de empregado e salário mensal.
- (E) Venda de participação acionária e distribuição de dividendos.

92

De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, na comparabilidade entre entidades ou entre suas unidades, é necessário que a entidade responsável por estabelecer a análise comparativa aplique modelo de gerenciamento de custos padronizado em suas entidades ou unidades vinculadas para garantir a qualidade da análise.

Nesse caso, é recomendável que, quando a comparação incidir sobre a mensuração do objeto de custo final,

- (A) seja adotado o custeio direto, por considerar irrelevante a atribuição dos custos indiretos.
- (B) a escolha do método de custeio seja discricionária, de acordo com o julgamento exercido por cada entidade.
- (C) seja adotado o custeio por absorção integral, para fazer o rastreamento de custos indiretos até os objetos de custo final.
- (D) seja adotado o custeio direto, para que os custos comparáveis resultem da atribuição de todos os custos, finalísticos e de suporte.
- (E) seja adotado o custeio por absorção integral, para não subestimar os insumos consumidos ou utilizados pelas entidades ou centros em comparação.

93

Considerando a atual redação do Código Tributário Nacional e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, em fase de execução.
- (B) Antes de 9/6/2005, data de início da vigência da Lei Complementar nº 118/2005, bastava a inscrição em dívida ativa para a configuração da fraude à execução fiscal.
- (C) O reconhecimento da fraude à execução fiscal depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- (D) A simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução fiscal.
- (E) Na hipótese de alienações sucessivas do bem, a presunção de fraude à execução fiscal é relativa e pode ser desconstituída por prova em contrário, quando demonstrada a inequívoca boa-fé do terceiro adquirente do bem alienado.

94

O Estado Alfa, com o intuito de atualizar a sua legislação tributária, resolveu criar três taxas distintas:

1. Taxa de fiscalização sobre as atividades de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento, de recursos minerários;
2. Taxa de controle, acompanhamento e fiscalização de atividades de exploração e aproveitamento de recursos hídricos; e
3. Taxa de fiscalização e vistoria em estabelecimentos comerciais abertos ao público.

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inconstitucional a instituição da taxa de fiscalização de recursos minerários pelo Estado, pois, embora a competência político-administrativa em matéria ambiental seja comum, compete privativamente à União legislar sobre minas e jazidas.
- (B) É inconstitucional a inserção do volume hídrico como elemento de quantificação de taxa de fiscalização, pois as taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos e nem levar em consideração dados relativos à atividade do contribuinte na sua quantificação.
- (C) É inconstitucional a instituição de taxa de fiscalização de recursos minerários, cuja expectativa de arrecadação extrapole excessivamente a totalidade da despesa realizada pelo órgão de fiscalização, ainda que haja aderência entre o critério de quantificação eleito pelo legislador (recursos extraídos) e a atividade de fiscalização exercida.
- (D) É inconstitucional a instituição de taxa de fiscalização de recursos minerários, sem que haja equivalência estrita entre o valor da taxa e os custos da atividade estatal.
- (E) É inconstitucional a instituição de taxa de fiscalização e vistoria em estabelecimentos comerciais abertos ao público, como casas noturnas e restaurantes, pois a competência administrativa para a fiscalização e, por consequência, a competência tributária para a instituição da taxa é exclusiva dos municípios, nessas hipóteses.

95

Com relação à dívida ativa e às certidões negativas, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () De acordo com a redação da Lei nº 6.830/1980, não se aplicam à dívida ativa não tributária as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária.
- () A Fazenda Pública, caso ajuíze ação anulatória ou embargos à execução fiscal questionando crédito inscrito em dívida ativa, somente fará jus à expedição da certidão positiva de débito com efeitos de negativa, caso haja penhora de bens, nos termos do Art. 206 do CTN.
- () É cabível o ajuizamento da execução fiscal do débito inscrito em dívida ativa, com a observância das regras de execução contra a fazenda pública (Art. 910 do CPC/2015); a oposição de embargos pela fazenda pública e a expedição da certidão positiva com efeitos de negativa independem de garantia do juízo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

96

De acordo com os princípios e regras expressamente previstas na Constituição Federal de 1988 (EC 132/2023), é correto afirmar que

- (A) o IPVA incidirá também sobre a propriedade de veículos automotores aéreos, inclusive aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- (B) o IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas, com base nos seguintes critérios expressamente previstos na Constituição: tipo, procedência e impacto ambiental.
- (C) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, sendo vedada a destinação dos recursos para gastos com sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- (D) o ITCMD poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- (E) o ITCMD relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde era domiciliado o *de cuius*, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

97

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2004) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

De acordo com essa lei, é correto afirmar que

- (A) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, que compreenda o período legalmente previsto para a vigência do incentivo ou benefício.
- (B) a renúncia de receita deve ser sempre acompanhada da demonstração de que foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, bem como de medidas de compensação.
- (C) a previsão de parcelamentos, por impactar a previsão de arrecadação, é considerada, pela lei, renúncia de receitas.
- (D) o imposto incidente sobre operação de câmbio pode ter suas alíquotas alteradas, na forma do Art. 150, §1º, da Constituição Federal de 1988, sem que haja a necessidade de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, segundo a lei.
- (E) a concessão de benefício tributário que esteja acompanhado de medida de compensação, proveniente da elevação de alíquota de tributo sujeito ao princípio da anterioridade, por expressa previsão legal, entrará em vigor de imediato, desde que prevista a equivalência entre benefício e compensação.

98

Com relação às regras para a edição de leis que tratem de finanças públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal de 1988 exige lei complementar para a elaboração de lei geral em matéria de Finanças Públicas, de modo que, pelo princípio da unidade, toda a normatização da matéria deve ser formalizada numa única lei complementar.
- (B) Sempre que acarretarem diminuição das receitas arrecadadas, as leis que concederem benefícios fiscais, tais como isenções, remissões, redução de base de cálculo ou alíquota, devem ser enquadradas entre as leis orçamentárias, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República.
- (C) Cabe à lei complementar dispor sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual; o plano plurianual, por sua vez, é estabelecido por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- (D) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo, regionalizado e detalhado, do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, de modo a orientar a elaboração da lei orçamentária.
- (E) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual, exceto se indicarem os recursos necessários para as alterações pretendidas, admitidos apenas os recursos provenientes de anulação de despesas.

99

A publicação em 2015 de trabalho no qual são apresentados 10 (dez) princípios orçamentários, com o objetivo de orientar boas práticas sobre a atividade orçamentária, demonstra a preocupação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com a governança orçamentária.

Considerando os referidos princípios e as recomendações práticas da OCDE, bem como o disposto na Constituição de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O princípio orçamentário da OCDE que tem por objetivo proporcionar um debate inclusivo, participativo e realista sobre as opções orçamentárias pode ser relacionado no Brasil com a constitucionalidade da afetação de parte do orçamento estadual a determinado programa específico, por meio de lei de iniciativa popular, desde que aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado.
- () O princípio orçamentário da OCDE que tem por objetivo assegurar que os documentos e dados do orçamento sejam abertos, transparentes e acessíveis pode ser relacionado, no Brasil, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade, em sede de controle abstrato, da previsão de emendas parlamentares ao orçamento, por violação aos princípios da divulgação, da transparência, da acessibilidade das informações, do fomento à cultura da transparência e do controle social.
- () O princípio orçamentário da OCDE que tem por objetivo identificar, avaliar e gerenciar com prudência a sustentabilidade a longo prazo pode ser relacionado, no Brasil, com a previsão constitucional de que os entes públicos conduzam suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, devendo a elaboração e a execução de planos e orçamentos refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
(B) V – F – V.
(C) F – V – V.
(D) F – V – F.
(E) V – F – F.

100

No Brasil, já ocorreram divergências na doutrina a respeito da natureza jurídica, bem como acerca do caráter autorizativo ou impositivo do orçamento. Em relação à execução do orçamento, considerando os dispositivos da Constituição Federal de 1988, atualmente em vigor, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A fixação da despesa no orçamento é necessária, mas não representa uma imposição para a sua execução. Em última análise, compete ao administrador a decisão discricionária de escolher a execução das programações orçamentárias das despesas mais convenientes e contingenciar todas as demais.
- II. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, ressalvadas as exceções previstas na Constituição.
- III. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) III, apenas.
(E) II, apenas.

Realização

